

HABEAS CORPUS Nº 548.728 - MG (2019/0357332-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RAMON NICOLAU ALVES E OUTRO
ADVOGADOS : RAMON NICOLAU ALVES - MG117068
FABRICIO GONCALVES RIOS - MG140103
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TARCIANE SILVA ROSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de TARCIANE SILVA ROSA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.106279-3/000.

Extraí-se dos autos que foi determinada a prisão preventiva da paciente no curso de investigação da prática de crimes previstos nos arts. 180 e 288 do Código Penal - CP e no art. 16, parágrafo único, inc. IV, da Lei n. 10.826/03 (receptação, associação criminosa e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito com identificação suprimida). Foi deferida a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, entre elas o monitoramento eletrônico.

Descumprida as medidas cautelares, foi retirada a tornozeleira eletrônica. Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – RECEPTAÇÃO – ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR – POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO – REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – REITERAÇÃO DE PEDIDO – SÚMULA Nº 53 DO TJMG – INCOGNIÇÃO – ALEGAÇÕES RELACIONADAS AO POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA – JUSTIFICATIVAS – TEMAS NÃO SUBMETIDOS À ANÁLISE PELO JUÍZO A QUO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – INCOGNIÇÃO – EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS – IMPOSSIBILIDADE – IGUALDADE DA SITUAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Não se conhece de pedido de habeas corpus que se constitua em mera

reiteração de anterior, já julgado, nos termos do enunciado n. 53 do Grupo de Câmaras Criminais deste Tribunal. 2. Inviável conhecer dos pedidos subsidiários de substituição da prisão preventiva por domiciliar e de transferência do paciente para hospital psiquiátrico nesta instância revisora, se os mesmos pleitos tramitam simultaneamente junto ao juízo de base. Há que se aguardar, primeiramente, o exaurimento da instância anterior para que se possa, após, devolver o conhecimento da causa à instância seguinte, sob pena de se incorrer em injurídica supressão de instância. 3. Não havendo a alegada identidade jurídico-processual em relação aos demais denunciados que estariam submetidos a medidas cautelares menos gravosas ou até mesmo sem que essas lhes tenham sido impostas, não se mostra possível a extensão do benefício à paciente" (fl. 10).

No presente feito, alega que não se trata de reiteração de pedido, mas de fato novo, pois o Ministério Público que propôs a imposição de medidas cautelares, opina agora pela revogação de tais medidas, pela ausência de necessidade.

Assevera que o aresto impugnado analisou somente a situação fática de dois corréus, "*esquecendo-se de analisar a situação do correu JAIRO, que é a mesma da paciente, conforme já demonstrado na denúncia, e o mesmo se encontra sem cumprimento de nenhuma medida cautelar*" (fl. 7).

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da medida cautelar de monitoramento eletrônico, bem como pela autorização de acesso a estabelecimentos prisionais e pela suspensão da decisão do Juízo singular que determinou a recolocação da tornazeleira eletrônica.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum*

Superior Tribunal de Justiça

in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator